

Inteligência Artificial no ensino superior: Atalho para o sucesso ou caminho para a dependência?



Por: Osvaldo Silva
Professor Auxiliar do
Departamento de Matemática
e Estatística da Faculdade
de Ciências e Tecnologia
da Universidade dos Açores
e do CICSNOVA.UAC
osvaldo.dl.silva@uac.pt

Num cenário cada vez mais digital, a inteligência artificial (IA) entrou no ensino superior à velocidade de uma promessa tecnológica que, como tantas outras, parece querer resolver tudo, depressa e sem grande esforço humano. Em poucos meses, passou de curiosidade de laboratório a ferramenta quotidiana de estudantes, docentes e investigadores. Produz resumos, sugere bibliografia, organiza ideias, redige rascunhos, gera código, traduz conteúdos e até simula raciocínios que, noutros tempos, exigiam horas de leitura, reflexão e, por vezes, algumas noites mal dormidas ou, pelo menos, uma boa dose de café.

O problema é que, como sucede com muitas promessas tecnológicas, esta também requer um conjunto considerável de cautelas.

No ensino superior, a inteligência artificial pode ser uma aliada valiosa. Um estudante com dificuldades numa disciplina pode pedir uma explicação alternativa de um conceito; um docente pode usar ferramentas digitais para preparar materiais mais acessíveis; um investigador pode acelerar tarefas repetitivas; e qualquer utilizador pode comparar abordagens sobre o mesmo tema e ganhar uma visão mais ampla. Em teoria, tudo isto soa excelente. Em teoria, também seria excelente que todos lessem os manuais completos antes das avaliações, o que, como se sabe, pertence à “família das boas intenções”.

A questão central, porém, não é o que a IA consegue fazer. É o que ela faz conosco quando começamos a confiar nela como se fosse um professor infalível, um colega brilhante ou uma enciclopédia sem erros. E aqui começam os problemas sérios. A inteligência artificial não sabe, no sentido humano do termo. Não compreende, não interpreta e não verifica a verdade; produz respostas com base em padrões estatísticos, cruzando enormes massas de dados. O resultado pode ser impressionante, mas também, por vezes, enganador. Uma resposta bem escrita pode conter um erro grosseiro. Um resumo elegante pode omitir o essencial. Uma explicação convincente pode inventar referências, simplificar em excesso ou reproduzir enviesamentos já presentes nos dados que a alimentaram. Isto é particularmente delicado no ensino superior, onde a precisão não é um luxo, mas uma exigência! Por exemplo, num



curso de Direito, uma interpretação errada pode distorcer uma norma. Em Medicina, uma resposta imprecisa pode tornar-se um risco. Em Engenharia, uma solução aparentemente funcional pode falhar num detalhe decisivo. A IA pode ajudar a abrir portas. O problema é quando alguém decide entrar sem olhar para o chão.

Há ainda outro risco, menos visível, mas talvez mais profundo: a erosão do pensamento crítico. Se a primeira reação de um estudante for sempre pedir resposta à máquina, o esforço de construir argumentos, confrontar fontes, suportar incertezas e amadurecer ideias vai ficando atrofiado. Ora, aprender não é apenas obter respostas; é aprender a formular perguntas melhores. E a pergunta, ao contrário da resposta automática, obriga a pensar. Quando a tecnologia começa a substituir o processo de raciocínio em vez de o apoiar, o ensino corre o risco de se transformar numa espécie de serviço expresso de respostas prontas. Muito eficiente, sem dúvida, mas também muito pobre, intelectualmente falando.

A ironia maior é que a IA, muitas vezes vendida como ferramenta de produtividade, pode acabar por produzir um novo tipo de dependência. O estudante que não escreve sem o assistente digital, o professor que já não prepara uma aula sem recorrer à máquina, o investigador que deixa de distinguir entre exploração e automatismo: todos acabam por delegar demasiado. E quando tudo se automatiza, o que sobra da autoria, da criatividade e da capacidade de julgamento? Sobra o utilizador, idealmente atento; na prática, muitas vezes cansado, a validar aquilo que a máquina produziu em poucos segundos. Aparentemente é um ganho de tempo. Na realidade, pode ser uma transferência silenciosa de responsabilidade.

A questão da integridade académica também não pode ser contornada. A IA pode gerar trabalhos aparentemente originais a partir de instruções mínimas. Pode escrever um relatório em segundos, resumir livros que o estudante nunca abriu e até inventar uma bibliografia convincente, embora parcialmente falsa. Pode até adaptar o texto ao

estilo pedido, com a elegância de um bom redactor e a consciência de um bule de chá. Isto não significa que a tecnologia deva ser proibida. Significa que é preciso distinguir entre apoio legítimo e fraude disfarçada de eficiência. Se o objectivo de um curso é avaliar a capacidade de pensar, então não basta medir o produto final; é necessário observar o processo, as justificações, o confronto de ideias e a capacidade de defesa crítica do que foi produzido.

Em vez de demonizar a inteligência artificial ou de a adotar com entusiasmo ingénuo, importa criar uma cultura de uso responsável. Isso começa com literacia digital e pensamento crítico. Estudantes e professores precisam de compreender como funcionam estes sistemas, quais os seus limites, onde podem falhar e por que razão não devem ser tratados como infalíveis. Uma resposta gerada por IA deve ser o ponto de partida para a análise, não o ponto final da discussão. Convém perguntar: de onde vem esta informação? Que fontes a sustentam? Há dados contraditórios? O que foi omitido? O que foi simplificado em excesso? E, pergunta essencial: isto faz mesmo sentido, ou apenas parece fazer sentido?

Essa atitude exige competências que vão muito além do domínio técnico. Exige capacidade de leitura crítica, comparação de fontes, verificação de factos, argumentação consistente e consciência ética. Exige também humildade intelectual, uma qualidade menos glamorosa do que a inteligência artificial, mas bastante mais útil. Porque reconhecer que não se sabe, ou que uma resposta é insuficiente, continua a ser uma das formas mais sólidas de conhecimento.

Há ainda a questão da desigualdade. Nem todos os estudantes têm o mesmo acesso às mesmas ferramentas de IA. As versões mais avançadas costumam ser pagas, mais rápidas, mais robustas e mais completas. Quem pode pagar tem, em geral, melhor acesso à tecnologia; quem não pode, fica com menos recursos e menos oportunidades. A promessa de democratização corre então o risco de produzir o contrário: uma nova hierarquia do conhecimento, em que a

qualidade do acesso tecnológico se converte em vantagem académica. É um cenário pouco romântico, mas bastante plausível. As universidades, que deveriam reduzir desigualdades, não podem tornar-se num espaço onde a carteira define a sofisticação do pensamento assistido.

As instituições de ensino superior têm, por isso, uma responsabilidade clara. Devem garantir acesso equitativo a ferramentas essenciais, promover formação para estudantes e docentes, definir regras transparentes sobre o uso ético da IA e reformular avaliações para que o raciocínio próprio continue no centro do processo educativo. Não basta aceitar a IA como inevitável; é preciso enquadrá-la com princípios.

É também importante sublinhar que a inteligência artificial consome recursos significativos: electricidade, infraestruturas, manutenção e água. A promessa de um futuro mais inteligente não pode ignorar o custo ambiental desse mesmo futuro. A eficiência digital não pode servir de desculpa para o desperdício energético. Sustentabilidade também é saber quando não usar uma ferramenta pesada para tarefas leves.

No fundo, o desafio não é decidir se a inteligência artificial entra ou não no ensino superior. Ela já entrou. O verdadeiro desafio é decidir em que condições entra, com que regras, com que limites e com que consciência. Se for usada sem critério, pode gerar dependência, desigualdade, fraude e desperdício. Se for usada com inteligência humana, pode ampliar capacidades, democratizar acesso e estimular novas formas de aprender e ensinar.

A máquina pode acelerar o texto e pode até fingir que pensa, mas continua a caber às pessoas a tarefa mais difícil e mais importante: julgar, verificar, interpretar e decidir. Em tempos de respostas instantâneas, talvez a verdadeira coragem académica seja esta: parar, ler melhor e desconfiar com elegância. Na realidade, a inteligência artificial pode ajudar muito, mas pensar continua a ser um trabalho que, felizmente, ainda não está automatizado. Use a inteligência artificial, mas não deixe de pensar por si!